

Testemunhos por um fio

Luciana Knijnik¹

Resumo: Nas mesmas cadeias em que permaneceram Frei Tito, Carlos de Ré, Jacob Gorender, estão atualmente encarcerados aproximadamente 500.000 brasileiros. Um amontoado de figuras comuns - estudantes, trabalhadores, desempregados, militantes, moradores de rua - escrevem. Empunham canetas, penas, lápis, carvão como se armas fossem, encenando o gesto incisivo de entrada no discurso. Em meio às notícias de vida e morte, juras de amor, relatos das condições de saúde e doença, preces, algo mais pede passagem. Algo mais exigirá expressão entre linhas insípidas, aparentemente banais, pedantes, apelativas, descritivas. Algo vaza por entre as palavras escolhidas pelos presos atingidos pelo terrorismo de Estado. Algo mais sussurra na ausente pontuação da massa encarcerada. Situada neste ponto exato, do algo mais, está a pesquisadora a coletar cartas, a juntar cacos, a ouvir vozes, a desmontar certezas, a escrever. Escreve e, como testemunha, habita outra língua, faz falar o que emudeceu, avariou, escorreu pelo ralo, sem deixar vestígio. Inventava uma língua para o que não cabe nas palavras, pelo terror sem nome, pelo que desintegra o próprio corpo, pelo tênue fio ligado à vida. A pesquisadora, como membro do projeto de pesquisa ARQUIVO E TESTEMUNHO DE VIDAS INFAMES: O QUE RESTA A DIZER (PPGPSI UFRGS), torna-se aquela que oferece as próprias carnes. Para que almas silenciadas pela morte insepulta ou pela expropriação de qualquer vestígio de humanidade encontrem abrigo, um plano comum.

Palavras-chave: cartas, testemunho, prisão.

A operação da linguagem ora plena de códigos e regras, ora rasgada por testemunhos, pela arte e pela loucura, faz do outrora infante, homem falante. Deslizando entre o grande arquivo e o gesto testemunhal, homens empunham papel e caneta, envelopes e selos, seja como remetentes ou como destinatários do que ainda resta ser dito.

Infância e Linguagem

O início de qualquer vestígio de vida vem acompanhado de sonoridade constante. A circulação do sangue, o intestino e o bombeamento do coração da mãe promovem uma sinfonia de ruídos para o embrião. A música do mundo também ultrapassa as barreiras placentárias e o minúsculo ser humano em desenvolvimento é atingido certamente pelo estalar do casco de cavalos puxando carruagens ou pelas buzinas descompassadas das metrópoles. “O silêncio foi a primeira coisa que existiu. O silêncio que ninguém ouviu” (ANTUNES, 1997). A vida, para o ser humano, é incompatível com o silêncio, já que seu

¹ Psicóloga, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, bolsista CAPES/FAPERGS. E-mail: luknijnik@hotmail.com.

próprio organismo é uma incessante orquestra. O ruído do mundo não se equivale, contudo, à linguagem e para que esta aconteça uma trama mais complexa precisará ser engendrada.

Ainda nas primeiras semanas de vida do embrião, o desenvolvimento do cérebro e do sistema nervoso já pode ser observado. Entretanto, se a precisão tecnológica dos exames pré-natais atuais nos permite datar o momento exato em que o coração de um embrião começa a bater, o mesmo não pode ser feito com a linguagem.

Sabemos que desde seu nascimento o bebê reconhece a voz da mãe e relaxa em locais que simulam o ambiente uterino, reagindo de modo distinto aos estímulos. Seu choro, vocalizado a partir do momento em que deixa o corpo materno e passa a respirar, também será modulado de acordo com as experiências vividas indicando fome, cólica ou saudades.

O acontecer da linguagem não está vinculado ao mero condicionamento ou à existência de um ou outro órgão anatômico, não pode ter seu surgimento demarcado por exames laboratoriais, nem tampouco reduzido à primeira pronúncia de *mama-papa-auau*. Será por meio da interação entre um infante, em permanente transformação, e sua rede de relações, que esboços expressivos ganham espaço indicando que a memória do vivido se encontra em plena inscrição. Há uma infância que precisará ser suspensa no homem enquanto sujeito porvir.

No homem, a aquisição da linguagem é conseqüência direta desta interação com um campo de forças. Não se trata de uma capacidade inata garantida pelas leis da natureza. A linguagem diferencia o homem dos demais animais, fazendo dele, conforme as palavras de Agamben (2005, p. 73) não “o animal que possui linguagem, mas sim o animal que dela é desprovido e que deve, portanto, recebê-la de fora” (AGAMBEN, 2005, p.73).

Se a conquista da linguagem pode diferenciar o homem do restante dos animais, ela contém em si um processo ainda mais radical: a diferenciação do homem e do não-homem. A torção de uma infância, experiência muda, tempo de pura intensidade, em linguagem expõe, por meio de sua operação, a crua nudez do acontecimento homem que, arrancado do plano da pura intensidade, torna-se sujeito da palavra.

O humano será assim definido por sua intrínseca relação com a linguagem, tomando sua aquisição não como incorporação passiva, mas como invenção de si. Feito da materialidade do barro, está aberto a fissuras e, ao entrar em contato com a água, ao barro retorna, podendo tornar-se outro. Nesse sentido, não há desenvolvimentismo possível, perspectiva na qual a aquisição da linguagem implicaria na instantânea cessação da infância.

Não se trata de deixar uma etapa menor para trás e do alto de sua suposta hombridade afirmar solenemente: foi-se a infância, aqui está o eu-homem.

A linguagem é uma aquisição descontínua, podendo em qualquer tempo ser subtraída devolvendo-nos à infância. Fora da cronologia não há regressão, apenas fluxo sobre fluxo. Salta de seu estágio atual para outros tempos anacrônicos, quando tudo se fazia mudez e impossibilidade de dizer. No sentido da involução, salta do atual para o virtual da linguagem, arrancando dos lençóis de um passado puro as potências de um novo dizer. Assim, a infância não deixa de existir para expressar-se na palavra, paraíso perdido que “em um determinado momento abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se, aliás, ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito” (Agamben, 2005, p.59).

Impreciso seria nomear uma infância humana, pois é no próprio acontecimento da linguagem que suspendemos o infante em nós para nos tornarmos homens. E, se não há homem antes de seu acontecimento lingüístico nem tampouco depois, “a origem de um tal ente não pode ser historicizada, porque é ela mesma historicizante, é ela mesma a fundar a possibilidade de que exista algo como uma história” (Agamben, 2005, p.61).

A aquisição da linguagem não requer o abandono da constitutiva animalidade. O rebento homem não estará livre de sua animalidade, nem tampouco de seus devires vegetais e minerais, tornados matéria expressiva em sua recém-incorporada língua. As potências animais, vegetais e minerais constituem a natureza que, pelos golpes biopolíticos, torna-se cultivada, socializada, domesticada, mas nunca transcende ao seu plano fundante, à sua gênese material e imaterial. O homem sempre feito pelo seu negativo, pelo seu não ser, pois abriga o silêncio dos sentidos por vir. Homem e não-homem, comunicáveis, mas barrados pelas forças coercitivas dos poderes biopolíticos da governabilidade.

Não se pode fazer a história do homem, pois seu próprio acontecimento é historicizante. Em outras palavras, não é o homem que faz a história, mas o inverso, a possibilidade de historicizar é que faz o homem. O outrora infante faz-se em ato, em uma língua repleta de ruídos, deslizos, interferências e mal entendidos, universalmente inviável. A impossibilidade da ocorrência da linguagem como totalidade e verdade é estabelecida pela própria existência da infância enquanto limite transcendental da linguagem. Portanto, “se não houvesse uma infância do homem, certamente a língua seria um jogo, cuja verdade coincidiria com o seu uso correto segundo regras lógico-gramaticais.” (Agamben, 2005, p.62).

Linguagem, arquivo e testemunho

Passeando pelos jardins da linguagem nos deparamos com um universo de possibilidades. Um elástico que se esgarça ao ponto do quase ilimitado. Abarca repetições cíclicas com seu retumbar do mesmo e irrupções inusitadas em insuspeitadas novidades.

A ausência de uma data que marque o surgimento da linguagem retrata sua processualidade e ainda sua dimensão temporal não linear inscrita enquanto contemporaneidade. Escreve-se no presente em sua dimensão de origem que não se remete apenas ao passado cronológico, “é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto” (AGAMBEN, 2009, p.69).

Tempo sem linha reta, labiríntico, que vai, volta e dura, alheio à sequência passado-presente-futuro. Em que a produção de diferença não visa pontos de unificação ou sequências sucessivas e lógicas, mas coexistências impossíveis de linhas que não cessam de se bifurcar. Um tempo de simultaneidades improváveis. Como pensa Deleuze (1988, p.144),

Nunca um presente passaria se ele não fosse "ao mesmo tempo" passado e presente; nunca um passado se constituiria se ele não tivesse sido constituído "ao mesmo tempo" em que foi presente. Aí está o primeiro paradoxo: o da contemporaneidade do passado com o presente que ele foi.

Tomar a linguagem como representação, domínio de acesso à diferença assimilada a um signo, bloqueia o acesso às variações do mundo. A tão sonhada paz de espírito é, para muitos, encontrada na linguagem enquanto representação. A paz do mundo ordenado, em que as variações “são entendidas como ocorrências contingentes, irrelevantes para o conhecimento ou são subordinadas à unidade, à identidade do conceito”. Tal posição não coaduna com nossas premissas. Afirmamos a linguagem enquanto fabricadora de mundos, sendo tanto efeito como produtora de acontecimentos. Refratária ao destino de retratar os conteúdos que lhe antecederam, a palavra ganha autonomia, refuga determinações prévias e põe-se a criar (TEDESCO, p. 06, 2012).

No plano da linguagem situamos o arquivo, da ordem dos saberes, abarca o sistema de relações entre dito e não-dito, visto e não-visto: regime de dizibilidade e de visibilidade e suas possibilidades em dadas circunstâncias históricas. Refere-se ao conjunto de regras que define os acontecimentos de discurso, situa-se entre a língua e as frases possíveis.

Adotando o pressuposto não universalizante da linguagem, admitimos necessariamente a existência de um fora da linguagem. Um plano não-linguístico que “permite à palavra pôr-se em variação contínua, colar na diferença sem dobrar-se à identidade

de categorias sintáticas do lingüístico ou às ressonâncias discursivas das formações históricas” (TEDESCO, 2012, p.26). Avizinhamos deste plano o testemunho, com seus modos de funcionamento próprios, princípios inventados e provisórios. Em oposição ao arquivo, diz respeito ao sujeito, ao sistema de relações entre o dentro e o fora de toda língua, o dizível e o indizível, entre uma possibilidade e uma impossibilidade.

Arquivo e testemunho são simultaneamente opostos e coexistentes. Vagamos indistintos e submersos na imensidão do mar do grande arquivo até nos fazermos homens na superfície em que o discurso insurge. Não cabe optar por um ou outro, mas entrar no movimento que permite a emergência de um, a passagem para outro. Suportar o mistério rarefeito do que lampeja e não pode ser plenamente capturado, já que “somente por um instante, como os golfinhos, a linguagem humana põe a cabeça para fora do mar semiótico da natureza. Mas o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso; porém este trânsito, este instante, é a história” (AGAMBEN, 2005, p.68).

Arquivo e testemunho não são tampouco essencializáveis. Seu ruído é constante, seja na aparente calma da sedimentação dos discursos, seja na violência das novas composições, efeito dos choques da contundência de acontecimentos como a Shoah². Choque que abalou a estrutura da linguagem e assim “(...) o testemunho se tornou uma modalidade crucial de nossa relação com os acontecimentos de nosso tempo – com o trauma da história contemporânea” (SELIGMAN, 2000, p.87).

Como significar o que ultrapassa qualquer capacidade de imaginação? A experiência traumática vivida nos campos de concentração é excessiva a tal ponto que escapa a qualquer possibilidade de representação. O nazismo foi pernicioso a ponto de atingir uma amplitude que transcende a materialidade dos corpos. O totalitarismo alcança todas as esferas da vida e mais além, deixando em seu rastro algo que escapa à representação. Uma alma destituída de corpo permanece a vagar.

O arquivo ignora sua parcialidade, mas em sua dimensão do dito e do não-dito contém uma exterioridade. Uma borda que pode recobrir o testemunho em potencial, silenciado pela poeira, aguardando o momento de ser alçado à sua legítima condição. Lembra Agamben (2008, p.157), “o testemunho não garante a verdade fatural do enunciado conservado no arquivo, mas a sua não-arquivabilidade, a sua exterioridade com respeito ao arquivo”. A ruptura com

² Termo Iídiche que significa catástrofe, utilizado no lugar de holocausto já que o último tem seu significado relacionado à prática sacrificial a Deus, expiação de pecados por meio da incineração.

pretensões universalizantes das esferas de arquivo é inevitável. No ponto de intercessão entre o que precisa ser dito, mas que está fora de toda representação possível pelo excesso de realidade que comporta, insurge o testemunho desestabilizando códigos lingüísticos vigentes com o que resta ainda não enunciado.

Há uma zona exterior ao arquivo plena do que não pode ser visto nem dito. Zona de atrito permanente entre forças alheias ao plano da forma. Na qual as palavras e as imagens só podem habitar até o instante em que tomam forma e ao fora não mais pertencem. Um avesso que não se limita à permanência imóvel do outro lado. Força, ainda que sem intenção, seu lado direito a se bifurcar.

O arquivo tem pleno assento na linguagem. Com sua coleção de ditos permite que o sujeito seja colocado entre parênteses, já que o ato de tomar a palavra está prontamente realizado. O testemunho, por seu turno, envolve alta dose de tensão constitutiva. Toca o fora habitando o fio de navalha da possibilidade/impossibilidade de falar. Produz-se assim a fissura no já sedimentado fazendo jorrar lava fertilizante na própria linguagem.

(...) a relação entre a língua e sua existência, entre a langue e o arquivo, exige por sua vez, uma subjetividade como aquilo que atesta, na própria possibilidade de falar, uma impossibilidade de palavra. Por tal motivo, ela se apresenta como *testemunha*, pode falar por quem não pode falar. O testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias comunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho (AGAMBEN, 2008, p. 147).

Testemunhos do terror: vidas por um fio

Testemunhar é um acontecimento forçado que excede as próprias forças, não um ato de vontade. Para tanto, é preciso habitar uma zona de fragilidade fora da compassada marcha comum. Desertar das zonas recrutadas.

Os passos estão se tornando mais nítidos. Um pouco mais próximos. Agora soam quase perto. Ainda mais. Agora mais perto do que poderiam estar de mim. No entanto continuam a se aproximar. Agora não estão mais perto, estão em mim. Vão me ultrapassar e prosseguir? É a minha esperança. Não sei mais com que sentido percebo distâncias. É que os passos agora não estão apenas próximos e pesados. Já não estão apenas em mim. Eu marchou com eles. LISPECTOR (1999, p.84)

Se no caso dos literatos sua saúde fraca é devida à enxurrada de vida que escorre pelo seu corpo, o caso do terror é outro: são usinas a fio d'água. No limite deste fio escasso, a transparência, somada à miudez da água, embaralha a visão e o observador põe-se em dúvida: estaria a correr algum fio de vida naquele corpo?

O fio pode ser escasso, mas a água, por mais exígua que seja, segue dotada da máxima potência. Há os que *viram algo grande demais e não foram capazes de suportá-lo*, adoeceram para a morte, enlouqueceram, suicidaram-se. *Há coisas que se consegue ver e das quais não se pode mais voltar* e assim outros tantos escreveram. (DELEUZE, 1988-89).

O químico Primo Levi (1919-1987), que ganhou notoriedade na literatura, foi um visionário. Membro de família judia, fazia parte de um grupo de resistência na Itália e foi capturado pelas milícias fascistas. Em 1944, aos 24 anos, foi deportado para Auschwitz, onde, em sua permanência, viu demais.

Um dos poucos sobreviventes do campo que exterminou milhões de judeus, negros, deficientes, homossexuais e ciganos, tornou-se escritor pela necessidade de contar o que viveu, inaugurando assim, a chamada literatura de testemunho. Sua saúde tornou-se frágil e teve uma morte cercada de mistérios. Sabemos que caiu do alto da escadaria de seu prédio. Suicídio, acidente, assassinato? Jamais saberemos o quê de fato aconteceu, mas as hipóteses levantadas dizem da vida de quem viu demais.

Passados quase 70 anos de Auschwitz, inúmeros depoimentos foram coletados em livros, filmes e fotografias. A história segue sendo contada em filmes de ficção e por meio dos relatos dos poucos sobreviventes espalhados mundo afora, mas há ainda algo que resta.

Dentre os mais diversos efeitos, a fratura da experiência sem representação possível conecta o vetor desterritorializante impelindo muitos à errância por novas terras. Na América Latina, encontraram algum contorno, praias tropicais, comidas apimentadas e o típico calor latino. Fizeram do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai seu novo lar e, alguns anos depois, estiveram diante da gigantesca onda de terrorismo de Estado que cobriu a terra, o mar e o ar.

Para o terror não existe fronteiras. As ditaduras latinoamericanas também implementaram em seus Estados terroristas a tortura, o extermínio em massa, trabalhos forçados, seqüestro, desaparecimento e roubo de bebês, mas disso, ainda hoje, poucos sabem. A vastidão dos arquivos do holocausto com seus

museus, filmes e livros, contrasta com o minguado já-dito a partir da ditadura em nosso chão.

A profusão exclusivamente arquivística de relatos, estátuas e memoriais não garante, entretanto, que um trabalho efetivo de elaboração esteja em curso. O preenchimento de todas as lacunas impede tanto a imaginação como a reflexão sobre os acontecimentos. A exposição pornográfica do terror não promove qualquer partilha, mas o efeito inverso produzindo uma aura maior de ficção que de realidade, impossibilitando um “autêntico trabalho de rememoração e reintegração da cena traumática”. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.94).

Aos exilados que se vêem diante do terror irrepresentável só existem opções limítrofes: a loucura, a morte e o testemunho. Enfrentando as finalidades do totalitarismo muitos escreveram. Empunharam canetas, penas, lápis, como se armas fossem, encenando o gesto incisivo de entrada no discurso.

Em meio às notícias de vida e morte, juras de amor, relatos das condições de saúde e doença, preces, algo mais pede passagem. Algo mais exigirá expressão entre linhas insípidas, aparentemente banais, pedantes, apelativas, descritivas. Aqueles que escrevem não o fazem em nome próprio, colecionando trivialidades, o fazem com o sangue derramado de outrem.

Os campos de concentração provaram ainda mais uma radicalidade: existência do não-homem no homem. Sem passado, nem futuro, a morte não assombra o prisioneiro, apenas a busca por alguma casca de batata podre no lixo. Entregue à animalidade farejadora da sobrevivência instantânea, sem perspectiva de morte, está o não-homem, sem pátria e sem língua. Seu corpo não morreu, mas sua alma perdeu a morada.

A própria sorte tornava-se tão indiferente que já não se queria mais nada e em paz se esperava a morte. Não se tinha mais nem a vontade de lutar pela sobrevivência cotidiana; nos bastava o hoje, a gente se contentava com a ração ou com o que encontrasse no lixo... (TALIK, Karol, Apud Agamben, Giorgio, 2008).

Em nome destes corpos mudos, a escrita se faz testemunho. Para que estas almas silenciadas pela morte insepulta ou pela expropriação de qualquer vestígio de humanidade encontrem abrigo, é preciso inventar uma língua. Tomar a linguagem de assalto, fazê-la fugir, arrastá-la para seu próprio limite “a fim de lhe descobrir o Fora, silêncio ou música (DELEUZE, 1997, p. 96).

Gestos testemunhais: o gênero epistolar

A escrita de uma carta em tais condições é o gesto testemunhal que aponta para o lugar do sujeito. Sujeito entendido como “o campo de forças sempre já atravessado pelas correntes incandescentes e historicamente determinadas da potência e da impotência, do poder não ser e do não poder não ser” (AGAMBEN, 2008, p.148).

Afirmar que o testemunho diz respeito ao sujeito não significa que estejamos em solo de pessoalidades, em meio a casos particulares de indivíduos. O lugar vazio do sujeito ganha aqui o primeiro plano. Enquanto a dimensão arquivística toma como pressuposto deixar o sujeito de lado, diminuído à mera função ou a uma posição vazia e o seu desaparecimento situado no rumor anônimo dos enunciados, “no testemunho a questão decisiva se torna o lugar vazio do sujeito” (AGAMBEN, 2008, p. 146).

Assim, o sujeito resta situado na separação entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer e o testemunho alçado ao corte da contingência. Como refere Agamben (2008, p.147), “o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com uma impossibilidade de dizer, ou seja, unicamente como *contingência*, como um poder não-ser”.

Uma escrita psicográfica em que o autor deixa de ser o centro da experiência. Corpos de passagem, mais próximos “do sentido do qualquer que da cristalizada noção de individualidade e dos correlatos conceitos de autoria, propriedade e representação” (SEDLMAYER, 2007, p. 15).

Tomamos o gênero epistolário não em seu aspecto literário, mas em seu potencial narrativo. Uma ode ao gesto da escrita que extrapola o âmbito do vivido mergulhando o sujeito na esfera da experiência. Experiência inserida no campo da linguagem e, portanto, partilhável, “que repousa sobre a possibilidade de uma *tradição* compartilhada por uma comunidade humana” (GAGNEBIN, 2006 p. 50). O pertencimento da escrita ao universo lingüístico não significa, contudo, que a experiência possa ser integralmente representada. Há sempre algo que resta e que não será plenamente capturado. Neste ponto exato se faz a experiência, entre o que pede passagem, mas não cabe na língua, lá onde os fluxos transbordam as palavras e a língua gagueja.

Uma carta pode ser um meio para expressar a soberania do conteúdo. Declarações de amor, pedidos de perdão, relatos de viagem que,

independentemente da forma, chegam assim ao destinatário. Uma carta consente ainda mais. Um procedimento em si.

Invenções técnicas, como o carro, o avião e o navio visam à aproximação restaurando relações naturais. Outras instalam o fantasmático entre os homens. O fax, o telégrafo, o correio engendram a presença incorpórea, avessa às formas previamente definidas. No lugar de tentar aproximar, levam a insaciável sede vital do fantasma à desforra. O fantasma planta e colhe os fluxos dos quais se alimenta. A distância e a fidelidade, daqueles que se mantêm encarnados, estáticos e escrevendo, são o sangue de que se alimenta o vampirismo epistolar (DELEUZE & GUATTARI, 2003).

Uma carta, em seu movimento, opera o traçado de um percurso. Seu corpo está disposto a estampar os mais variados selos. Sejam eles comemorativos, ordinários ou temáticos. Distintos pela tiragem limitada, prazo de circulação indefinido ou celebração de loquazes batalhas/heróis/personalidades. Filatelista por excelência, envelopes postais ostentam selos conexos ao conteúdo resguardado em seu interior. Por meio do pagamento do selo outorga-se a garantia do movimento, ainda que ultime com um retorno ao ponto de partida, diante da impossibilidade de localização do destinatário.

Um selo em estado puro expõe bandeiras, pessoas consideráveis e festividades. A composição com um carimbo postal lhe afiança, todavia, a certeza da circulação. Um selo carimbado é o desígnio de itinerário único. Data, local de origem e destino podem ser vistos a olhos nus. Símbolos que compactam a antologia visível de suas passagens. Não se contentam, entretanto com sua função de localizar, demarcando tempo e espaço. Por suas frestas, invade a alegoria dos notáveis. Ícones da maioria assenhoram-se no universo das generalidades normalizadoras, identificatórias e classificatórias (DELEUZE & GUATTARI, 2003).

No domínio do arquivo, selos e carimbos celebram datas, heróis e eventos marcados no calendário oficial. Sua fina superfície abriga a sobreposição de camadas historicamente acumuladas tal qual uma pintura que contém tanto o primeiro rabisco marcando o tecido, como as camadas e camadas de tinta que engrossam a tela. Ainda que o corriqueiro olhar bidimensional nada possa ver.

Imagens representativas ordenam e amortizam as diferenças e variações do mundo. Ali estão fatos narrados em aparente regularidade, resguardando sentidos previamente definidos. Enquanto o gesto de pintar cria imagens, o de carimbar repete autômato a marcação inúmeras vezes idêntica sobre o envelope (TEDESCO, 2012).

Autores e destinatários, com os pés fincados no chão, instauram o movimento fictício das cartas que vêm e vão. Alcançam seu destino carregadas de rastros imemoriais sem qualquer pretensão utilitarista (DELEUZE, 1979). Da atendente dos correios, para o repartidor, que encaminha ao empacotador, que por sua vez entrega ao transportador. De mãos em mãos arrastam uma coleção de impressões digitais sobrepostas até que, enfim, passam do carteiro à caixa de correspondência. Misturadas às outras tomam para si fragrâncias alheias. A cola que reveste cada envelope não impede o vazamento dos aromas sorvidos pelos papéis ali depositados. O respingo de café vagorosamente degustado durante a escrita, o marcante perfume do punho da dama, a tinta fresca da caneta instalam-se sorrateiramente e, em silêncio, avançam contagiando envelopes que se avizinham. Soterradas na imensidão sufocam a gramatura original de acordo com a posição casualmente ocupada na pilha de correspondências. Nas dependências das agências postais, apagadas de qualquer singularidade, cada carta torna-se uma qualquer.

No âmbito das inutilidades, embaralham-se nacionalidades. Delimitações fronteiriças não impedem o trânsito permanente de línguas desencontradas, derramando acentos improváveis. Um inusitado procedimento lingüístico em que nada está em xeque. Uma carta em trânsito reinventa a geografia das distâncias. Como baleias sem apetite que se alimentam de cardumes enquanto nadam em velocidade. Um nado de mandíbulas abertas que permite a entrada de krill, botas, peixes, garrafas pet, lagostas e naufragos, habitantes das fendas triplicadas a cada quilômetro percorrido horizontalmente.

O corte transversal no estômago testemunha solidão, batalhas, invenções, cotidianos, guerras e futuros inviabilizados. Há um mundo sem selos, envelopes lacrados ou carimbos em que cartas deslocam sua atribuição inicial de comunicar apartadas das tradicionais estruturas postais. Há um enxame zonzos de autores e

destinatários - presos, loucos, perseguidos, drogados - excluídos da rota dos carteiros.

Do lado de cá do oceano, em plena ditadura civil-militar, sob a ameaça da morte o ato da escrita anuncia a vida. Como no trecho de Alberto para Auxiliadora, escrito no Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1970, um mês após sua prisão:

Fico cada vez mais satisfeito em saber que sua saúde está bem, particularmente sua gravidez. Você não avalia como é tranquilizador para mim conhecer que o feto desenvolve-se normalmente, que sua pressão está boa, etc. Isso é uma vitória nossa, de todos, e particularmente sua sobre a adversidade do momento. E as coisas têm que continuar assim, você sabe, para que tenhamos uma criança sadia.

Neste fragmento, Alberto fala em vitória. Vitória sobre a possibilidade de ser assassinado, já que na tortura e na prisão não há quem não sinta o hálito quente da morte, mas, neste caso, seus genes não findarão com seu corpo. Há ainda o triunfo de uma geração futura, salva da violência de Estado, anunciada na gravidez de Auxiliadora.

Sem falsos arrebatamentos ambos sabem que seu bebê não está sendo embalado por *Garota de Ipanema*³, mas tem como parte de sua pequena orquestra o ranger das grades e o estalar do cadeado fechando-se às costas de seu Alberto. Não podem ignorar que seu primeiro choro não terá a presença do pai e que o risco está à espreita.

O testemunho de Alberto sublinha o que o ventre crescente de Auxiliadora não permite negar: se o Estado detém o poder de matar, seja no sentido literal, subjetivo ou político, é porque há vida. Neste ponto exato sempre haverá a possibilidade de que reste alguém para testemunhar em nome das esfumaçadas testemunhas integrais, liberando o passado de sua terrível presença e literalidade (SELIGMANN-SILVA, 2000). Que reste alguma infância suficientemente encharcada de fluxos ativos a propiciar o acontecimento homem na reinvenção da linguagem.

E onde quer que haja qualquer vestígio de vida haverá a possibilidade de que alguma criança sadia sobreviva. Nas palavras de Agamben (2008, p.152), “o que pode ser infinitamente destruído é o que pode sobreviver infinitamente a si mesmo”.

³ A canção *Garota de Ipanema*, ícone da bossa nova, foi composta em 1962 por Vinícius de Moraes e Antônio Carlos Jobim.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. **Infância e História: Destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANTUNES, Arnaldo. **O Silêncio**. Gravadora BMG, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Bartleby, ou a fórmula**. Em: Crítica e clínica. São Paulo: Ed.34, 1997.
- _____. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **O Esgotado**. São Paulo: Zahar, 1979.
- _____. **O Abecedário de Gilles Deleuze**. Descrição de entrevista realizada por Claire Parnet, direção de Pierre-André Boutang, 1988-89. Disponível em <http://claudioulpiano.org.br/>. Acesso em 28 de agosto de 2012.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa: Editora Minuit, 2003.
- JOBIM, Antônio Carlos & MORAES, Vinícius de. **Getz/Gilberto**. Gravadora Verve, 1964.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco 1999.
- SEDLMAYER, Sabrina. **Recados de vida, cartas sem destinatário: Bartleby e companhia**. Em: O comum e a experiência da linguagem. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. IN: **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
- TALIK, Karol. Apud: Agamben, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- TEDESCO, Silvia Helena. **Pensando a ética da Clínica das drogas: linguagem, Subjetivação e a Experiência das Drogas**. Tese para o Concurso de Prof. Titular/ Niterói/UFF, 2012. Inédito.